

III) A obrigação em encaminhar eventuais distorções e denúncias para a Gerência de Auditoria e para a CAF, além de outras áreas técnicas envolvidas;  
IV) Responsabilizar-se pela criteriosa análise para habilitação das entidades como Organização Social, cumprindo integralmente os requisitos exigidos pela Lei 12.929, de 4 de fevereiro de 2004;  
V) Controlar os pagamentos das Organizações Sociais, verificando os valores previstos nos Contratos de Gestão, bem como possíveis descontos a serem realizados na parcela a ser paga;  
VI) Acompanhar a elaboração dos Editais e dos Contratos de Gestão de acordo com as instruções normativas da Comissão Permanente, das propostas de orçamento anual e da legislação vigente;  
VII) Responsabilizar-se em supervisionar, acompanhar, avaliar e fiscalizar as atividades relacionadas às metas assistenciais em unidades hospitalares, metas de produção e indicadores de qualidade, dos Contratos de Gestão;  
VIII) Elaborar e apresentar os relatórios de avaliação da execução dos Contratos de Gestão trimestrais, semestrais, anuais e finais dos Contratos de Gestão;  
IX) Responsabilizar-se por manter atualizadas as Portarias das Comissões de Avaliação e Fiscalização dos Contratos de Gestão vigentes.

Art. 7º - DELEGAR ao Superintendente de Vigilância em Saúde, competência para praticar e ficar responsável pelos seguintes atos:

- I) Promover ações de prevenção e monitoramento de Infecções em Serviços de Saúde;
- II) Promover e proteger a saúde da população por meio de ações integradas e articuladas de coordenação, normatização, capacitação, educação, informação, apoio técnico, fiscalização e supervisão das ações de Vigilância Sanitária no Estado de Santa Catarina, para eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde;
- III) Promover a identificação e eliminação dos riscos existentes nos ambientes de trabalho, estimulando a educação em saúde relacionada às atividades dos trabalhadores;
- IV) Promover e proteger a saúde da população por meio da coordenação das ações de Vigilância Epidemiológica através da detecção e prevenção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, adotando e recomendando medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos transmissíveis e não transmissíveis;
- V) Coordenar as práticas de vigilância em saúde, possibilitando a identificação e priorização de problemas e definir estratégias de ação para o enfrentamento dos problemas identificados, de acordo com o diagnóstico situacional de saúde do Estado;
- VI) Promover a cooperação técnica dos serviços de vigilância em saúde entre os Municípios e Macrorregionais visando o aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional;
- VII) Monitorar e gerenciar junto à SES, os recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao funcionamento das áreas de atuação da Vigilância em Saúde;
- VIII) Participar da elaboração da programação orçamentária anual e plurianual, fornecendo dados e informações, em consonância com a Lei das Diretrizes Orçamentárias do Estado e com a política estabelecida pelo SUS;
- IX) Realizar a vigilância laboratorial dos produtos de interesse de saúde pública, do meio ambiente e dos patógenos causadores de doenças emergentes e reemergentes que podem afetar o indivíduo ou a coletividade;
- X) Coordenar as atividades da área de Vigilância em Saúde durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, 7 (sete) dias da semana, para monitoramento e atendimento das emergências de saúde pública;
- XI) Representar a SES a nível estadual e nacional nas áreas da Vigilância em Saúde;
- XII) Promover a integração das ações entre as Vigilâncias e as demais áreas da saúde.

Art. 8º- DELEGAR ao Superintendente de Urgência e Emergência, competência para praticar e ficar responsável pelos seguintes atos:

- I) Responsabilizar-se pela formulação da Política da SES, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, relacionados a sua área de atuação;
- II) Fiscalizar e acompanhar criteriosamente o cumprimento dos contratos de prestação de serviços relacionados a SUE;
- III) Executar as ações da rede de urgência e emergência incluindo o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;
- IV) Coordenar a elaboração do Plano de Trabalho, Proposta Orçamentária, Relatório Anual e Avaliação dos Indicadores de Desempenho das áreas que compreendem a SUE;
- V) Articular-se com os gestores regionais e municipais de saúde, para efetiva implementação da Política Estadual de Saúde;
- VI) Coordenar a implantação, operacionalização e manutenção dos Serviços Móveis de Urgência das Macrorregionais;

- VII) Monitorar a acessibilidade e resolutividade do sistema de atenção integral às urgências, em seus diversos níveis, dentre eles as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, UPA, SAMU 192, urgências hospitalares;
- VIII) Promover a integração com outras entidades, no que tange à Urgência e Emergência, e pactuar contrapartidas;
- IX) Avaliar sistematicamente os fluxos pactuados e os espontâneos de pacientes em direção aos serviços de urgência e emergência, propondo correções quando necessário, devido às necessidades não atendidas;
- X) Compilar e consolidar dados para realização de uma análise das demandas direcionadas aos serviços de urgência e emergência no âmbito estadual, identificando lacunas assistenciais e subsidiando ações de planejamento ou investimento e de controle do SUS;
- XI) Instituir mecanismos de recepção e análise de informações necessárias às avaliações de desempenho dos sistemas de atendimento às urgências;
- XII) Propor e desenvolver estudos e pesquisas que viabilizem a abordagem promocional da qualidade de vida e saúde, um dos pilares da Política Nacional de Atenção Integral às Urgências, nas estruturas de atenção às urgências;
- XIII) Fomentar e executar medidas de humanização da atenção às urgências, tanto no que diz respeito às relações de trabalho da área quanto à questão assistencial propriamente dita;
- XIV) Promover de forma sistêmica e articulada, juntamente ao Complexo Regulador, o estabelecimento de fluxos para o atendimento às urgências;
- XV) Planejar e executar ações que busquem a humanização do atendimento em urgência;
- XVI) Fomentar, coordenar e executar projetos de atendimento às necessidades em saúde, de caráter urgente e transitório;
- XVII) Responsabilizar-se pelo sistema de transporte de pacientes acometidos por agravos de urgência, fora da competência própria dos diretores técnicos das unidades hospitalares;
- XVIII) Coordenar, controlar e acompanhar, através da Central de Regulação, o fluxo de atendimento a urgências, de forma hierarquizada dentro do sistema;
- XIX) Estabelecer mecanismos de acesso ao público em geral na Central de Regulação para receber pedidos de socorro e prestar, após avaliação e hierarquização, atendimento resolutivo aos pacientes acometidos por quadros agudos ou crônicos agudizados;
- XX) Coordenar, controlar e acompanhar os processos e procedimentos administrativos e judiciais de competência da SUE;
- XXI) Supervisionar e executar as ações da Rede de Urgência (RUE), Portas Fixas e APH móvel;
- XXII) Promover, fomentar, ordenar e implementar ações relacionadas à educação permanente através do Núcleo de Educação em Urgências -NEU;
- XXIII) Supervisionar a Coordenação, através de gerência própria, as atividades da Central Única de Regulação;
- XXIV) Instituição e/ou homologar de protocolos assistenciais, operacionais e de conduta no ambiente das Urgências e Emergências, para o Estado de Santa Catarina.

Art. 9º - DELEGAR ao Consultor Jurídico, competência para praticar e ficar responsável pelos seguintes atos:

- I) Responsabilizar-se em executar e controlar as atividades relacionadas com os serviços jurídicos, no âmbito da SES;
- II) Consultar núcleo técnico do Sistema de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta, com vistas ao cumprimento das orientações, pareceres e atos normativos expedidos pela Procuradoria Geral do Estado (PGE);
- III) Prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Secretário de Estado;
- IV) Prestar assessoria jurídica aos Superintendentes, Diretores e Gerentes da SES, inclusive para fins de mandado de segurança, sob orientação da PGE;
- V) Analisar e lavrar os instrumentos relativos a contratos, convênios e acordos;
- VI) Examinar a legalidade dos atos administrativos submetidos a sua apreciação;
- VII) Opinar pela remessa de processo à PGE, em função de sua complexidade, a critério do Secretário de Estado, desde que instruído com parecer analítico, fundamentado e conclusivo;
- VIII) Desenvolver outras atividades de natureza jurídica determinada pelo Secretário de Estado ou emanadas do órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos.

Art.10º AUTORIZAR que os Superintendentes, Coordenador e Consultor Jurídico, mencionados nos artigos acima, subdeleguem os referidos atos e responsabilidades aos diretores/gerentes competentes, por meio de Portaria.

Art. 11º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos da Portaria nº 1142 de 25 de outubro de 2022.

**ALDO BAPTISTA NETO**  
**Secretário de Estado da Saúde.**

Cod. Mat.: 870816

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.**  
**Decisão:** O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 159451/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº 36.325.157/0001-34, a penalidade de **MULTA** no valor R\$ 783,03 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 17566/2022-Edital nº 2192/2021.

Cod. Mat.: 870590

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000983.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Instituto Santé, mantenedor do Hospital Sagrada Família, com sede no município de Itapiranga. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2022TR000983 fica prorrogado até 30 de junho de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 03 de novembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Tércio Egon Paulo Kasten, pelo Instituto.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR001261.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão, mantenedor do Hospital Dom Joaquim, com sede no município de Sombrio. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2022TR001261 fica prorrogado até 30 de junho de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 07 de novembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Walmiro Martins Charão Júnior, pelo Instituto.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000745.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Município de Palhoça. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR000745 fica prorrogado até 30 de junho de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 01 de novembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Eduardo Freccia, pelo Município.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000423.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secre-